



ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITURAMA**  
CNPJ 18.457.242/0001-74



Ofício nº 47/2025.

Iturama-MG, 21 de março de 2025



Ao Excelentíssimo Senhor,  
**Vereador Ronaldo Vieira da Costa**  
Presidente da Câmara Municipal  
ITURAMA - MG


**Assunto:** Encaminhar o veto nº 02 de 20 de março de 2025.

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência o Veto n.º 02, de 20 de março de 2025, sobre a proposição de lei nº 28/2025, que **“Dispõe sobre a vedação à nomeação, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, de pessoas condenadas por crimes de maus-tratos a animais”**.

Desde já, agradeço a atenção e renovo os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Dr. José Herculano Pereira dos Santos**  
- Prefeito Municipal -

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA-MG  
25/03/2025 14:00 000378





ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITURAMA**  
CNPJ 18.457.242/0001-74



**VETO N.º 02, DE 20 DE MARÇO DE 2025**

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Iturama,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Iturama, decidi vetar totalmente, por inconstitucionalidade, a Proposição de Lei n.º 28/2025 que **“Dispõe sobre a vedação à nomeação, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, de pessoas condenadas por crimes de maus-tratos a animais”**.

Ouvida, a Secretaria Municipal de Governo e Procuradoria Geral manifestaram-se pelo veto total à seguinte proposição de Lei:

**PROPOSIÇÃO DE LEI N.º 28/2025**

**“Dispõe sobre a vedação à nomeação, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, de pessoas condenadas por crimes de maus-tratos a animais.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA decreta:**

**Art. 1º Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta e indireta, para todos os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tenham sido condenadas, com trânsito em julgado, pela prática de crimes de maus-tratos a animais, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.**

**Parágrafo único. A vedação inicia-se com a condenação em decisão transitada em julgado e permanece até o comprovado cumprimento da pena.**

**Art. 2º Para os fins desta lei, consideram-se maus-tratos a animais as condutas descritas no art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998, incluindo:**

- I - praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;**
- II - abandonar animais em condições que comprometam sua integridade física ou psíquica;**
- III - submeter animais a atos de crueldade ou práticas que os coloquem em situações degradantes ou de sofrimento desnecessário.**





ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITURAMA**  
CNPJ 18.457.242/0001-74



**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**RAZÕES DO VETO**

A Proposição de Lei nº 28/2025, apresenta vícios de inconstitucionalidade tanto sob o aspecto formal quanto material.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 22, inciso I, confere à União competência privativa para legislar sobre matéria penal, o que impede que o município crie penas ou amplie definições já estabelecidas em normas federais, desta forma tanto o artigo 1º que cria nova pena quanto o artigo 2º que disciplina novas condutas como maus-tratos a animais extrapolam a competência legislativa municipal.

Além disso, a Constituição Federal, no art. 5º, inciso XXXIX, estabelece que "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". A proposta legislativa impõe restrição ao exercício de cargos públicos com base em definições próprias de condutas, violando o princípio da legalidade penal e da tipicidade estrita.

Ainda, embora a moralidade administrativa seja um princípio constitucional (art. 37, caput, CF/88), sua aplicação deve observar critérios objetivos, respeitando os limites do ordenamento jurídico. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reconhecido a possibilidade de restrições à nomeação de agentes públicos, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. No entanto, a proposta em questão extrapola esse limite ao criar restrições que não encontram amparo na legislação federal vigente.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem decidido que a exigência de idoneidade moral para o exercício de função pública deve estar vinculada a critérios previstos em lei federal e à natureza do cargo pretendido. Assim, vedar de maneira irrestrita a nomeação de qualquer pessoa condenada por maus-tratos a animais, independentemente da função que venha a exercer, contraria a jurisprudência consolidada.

Não bastasse, em recente decisão, no Recurso Extraordinário (RE) 1.282.553, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.190), o STF estabeleceu que:

**"A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do**





ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITURAMA**  
CNPJ 18.457.242/0001-74

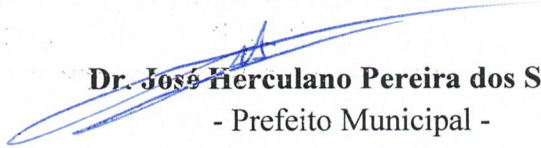


**Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84)”.**

No julgamento, o STF ressaltou a importância dos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, previstos no artigo 1º, incisos III e IV, da Constituição Federal e destacou o dever do Estado em proporcionar condições para a reintegração social do condenado, conforme o artigo 1º da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar totalmente a Proposição de Lei nº 28/2025, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Iturama.

Iturama-MG, 20 de março de 2025.

  
**Dr. José Herculano Pereira dos Santos**  
- Prefeito Municipal -





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 28/2025

**“Dispõe sobre a vedação à nomeação, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, de pessoas condenadas por crimes de maus-tratos a animais.”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA decreta:

**Art. 1º** Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta e indireta, para todos os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tenham sido condenadas, com trânsito em julgado, pela prática de crimes de maus-tratos a animais, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.


**Parágrafo único.** A vedação inicia-se com a condenação em decisão transitada em julgado e permanece até o comprovado cumprimento da pena.

**Art. 2º** Para os fins desta lei, consideram-se maus-tratos a animais as condutas descritas no art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998, incluindo:

- I - praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;
- II - abandonar animais em condições que comprometam sua integridade física ou psíquica;
- III - submeter animais a atos de crueldade ou práticas que os coloquem em situações degradantes ou de sofrimento desnecessário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama MG, 17 de março de 2025.

  
**Vereador Ronaldo Vieira da Costa**  
Presidente da Câmara

Autor: Vereador Dr. Cristian Oliveira Santos





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA


## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa garantir que os cargos públicos municipais sejam ocupados por pessoas que demonstrem conduta compatível com os princípios da administração pública e o respeito à proteção animal, em consonância com a Lei Federal nº 9.605/1998. Os maus-tratos a animais configuram ato de crueldade que contraria os valores éticos e morais da sociedade, e esta lei reflete o compromisso do município com a promoção da cidadania e do bem-estar animal.

Diante de tais argumentos, conclama-se o apoio dos nobres vereadores para aprovação deste projeto.

  
**Vereador Ronaldo Vieira da Costa**  
Presidente da Câmara